

LÊNIN, PREOBRAJENSKI E O STALINISMO: DAS CONTROVÉRSIAS DA NEP ÀS RUPTURAS TEÓRICO-POLÍTICAS (1921-1927)

Patrick Oliveira¹

Ian Horta²

Resumo: A Nova Política Econômica (NEP), adotada na Rússia no período entre 1921-1927, foi um marco fundamental no processo de construção do socialismo real. Este momento histórico foi palco de diversos debates e discussões acerca da transição para uma forma social para além dos limites do sistema capitalista, e também teve importante papel na formulação da teoria do socialismo em um só país. O objetivo deste artigo é situar a historicidade e as controvérsias das ideias e da época histórica dessa política decisiva para todo o desenvolvimento posterior da Rússia. Não pretendemos fazer meramente uma história factual da NEP, mas sim de sua profícua herança de discussão intelectual. Embora não esgotando a literatura, evidentemente, procuramos discorrer sobre esse tema através da leitura imanente daqueles que compuseram as discussões do período, nomeadamente Lênin, Preobrajenski e Bukharin. Em relação ao momento histórico, além desses autores, ancoramo-nos também em Edward H. Carr. Concluimos que, ainda que com muita complexidade e mediações, os debates entre estes autores estavam voltados para a transição ao socialismo e a NEP foi teorizada como um meio para tal, enquanto a deterioração stalinista parece ter sido uma mudança nesta perspectiva, indo em direção a um oportunismo político.

Palavras-chave: Nova Política Econômica (NEP); Lênin; Preobrajenski; Stalinismo; Revolução Russa.

INTRODUÇÃO

A história da Rússia no século XX é extremamente rica. Por um lado, há mudanças de caráter revolucionário, nacional e internacionalmente, como os momentos que culminaram na forma com que a Rússia foi o último a sair das garras do absolutismo, dentre as grandes potências do século XIX. Como se sabe, as bases revolucionárias estavam com a massa do povo, vide o chamado “ensaio geral” e seu caráter radical diante da monarquia, em 1905. A culminação desse processo se deu com a Revolução de Outubro, a primeira e mais arrasadora revolução em termos socialistas – em relação às revoluções proletárias anteriores como a Comuna de Paris (1871) –, liderada por Lênin e Trotsky

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ). Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA-UFRJ). Contato: patrickl007@hotmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e o Marxismo (NIEP-Marx/UFF) e do Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA-UFRJ). Contato: ianhorta19@gmail.com.

em direção ao bolchevismo. Essa revolução, de fato, mudou o mundo contemporâneo, sobretudo da luta comunista internacional.

Por outro lado, consequências ideopolíticas indesejadas (e até mesmo antagônicas às premissas revolucionárias fundadoras do processo) apareceram e vivem até os dias atuais, tanto na perspectiva de um certo resgate revisionista – que situa uma miséria contemporânea do marxismo –, quanto do ponto de vista da “batalha das ideias”, em uma busca de organizar historicamente o debate e renovar o marxismo. Mas, as bases dessa reversão estão justamente no desenrolar da própria Revolução Russa, sobretudo na formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nas altas disputas pelo poder político e na consequente “stalinização”, no assim chamado “processo de desestalinização” feito por Krushev, na Guerra Fria e no taticismo que se banhava da e fortalecia a “*realpolitik*” – a qual Lukács diz ser uma “dimensão antiontológica” (Lukács, 2018, p. 70) e haver uma “carência de conceitos” (Lukács, 2013, p. 154) –, e, por fim, no colapso da URSS em meio a um processo contrarrevolucionário capitalista no país, que tornou aqueles próximos ao Politburo ricos a partir da pilhagem da propriedade soviética.

Neste artigo, estudaremos um período muito restrito dessa longa “história que abalou o mundo”, nas palavras do jornalista John Reed (2010). Essa delimitação temporal se deve ao nosso objeto, que é a Nova Política Econômica (NEP). O período que se delimita para estudo inicia-se em 1921, com o artigo de Lênin “Sobre o Imposto em Espécie”, e se encerra em 1927, em que a NEP passa a perder vigor e, depois, ser abandonada frente ao estabelecimento, em 1929, do Primeiro Plano Quinquenal na URSS. Apesar de brevemente observarmos o período imediatamente posterior ao fim da NEP, essa análise tem o intuito de entender as influências da NEP no futuro do socialismo real.

Nosso objetivo é situar a historicidade e controvérsias das ideias e da época histórica dessa política decisiva para todo o desenvolvimento posterior da Rússia. Ou seja, não pretendemos fazer meramente uma história factual da NEP, mas sim de sua profícua herança de discussão intelectual. Com efeito, trata-se de uma análise da história do pensamento econômico e das ideias do socialismo a partir do movimento concreto da economia soviética. Não à toa, há uma forte discussão entre intelectuais da época não apenas sobre a NEP, como também por uma série de complexos que circunscrevem a luta revolucionária do país e, em geral, que permaneceu com seus líderes até a morte, seja dito desde já (e veremos melhor no artigo), por exemplo, as controvérsias entre grandes intelectuais como Lênin, Trotsky, Preobrajenski e Bukharin³. Inclusive, no âmbito de motivações, é

³ Bukharin é um caso interessante em relação às suas posições teórico-políticas. Tomado como um dos maiores intelectuais do Partido Bolchevique, suas posições mudaram radicalmente desde o início da revolução até sua proposta de “socialismo em um só país”. Diz Carr que “Bukharin was the most influential figure in the group of “Left communists” who, in the spring of 1918, conducted a campaign against such concessions to bourgeois principle and practice as the formation of industrial trusts with the support of private capital, the employment of specialists and the establishment of one-man management in industry ; and he contested Lenin’s conception of “state capitalism”, which he regarded as incompatible with the dictatorship of the proletariat” (Carr, 1958, p. 166). No entanto, “from 1924 onwards he was the

inegável que, para nós, o centenário da morte de Lênin – o revolucionário por excelência – também seja não apenas uma razão muito plausível para reaver esse debate, como demonstra a obrigação do marxismo de renovar esta discussão diante do patrimônio intelectual do socialismo e do próprio Lênin.

De maneira breve, é necessário traçar um panorama geral do que ocorria na Rússia na época pré-revolucionária e durante o que se convencionou chamar de “comunismo de guerra” (1918-1921). A Rússia, historicamente, era um país de industrialização “atrasada” em relação à Inglaterra, ou melhor, uma forma de “desenvolvimento capitalista não-clássico”⁴. Segundo Trotsky (2017) – através da categoria analítica de desenvolvimento desigual e combinado⁵ –, houve “saltos” no processo de desenvolvimento capitalista do país, o que gerou uma condição extremamente desigual, visto no fato de que, em termos absolutos, se tinha uma grande indústria e possuía a maior parte de sua população nos campos.

A pobreza e a desigualdade já geravam tensões sociais (Trotsky, 2017). A participação da Rússia na Primeira Grande Guerra foi a pá de cal para a eclosão da revolução russa – que se tornaria a revolução bolchevique. Era uma participação eminentemente muito contraditória, no sentido de que, se a guerra era pela supremacia mundial (Lênin, 2021, p. 26), a Rússia não se inseria no rol dos países que poderiam atingir tal supremacia. Por outro lado, sendo uma grande potência política, “não podia ficar à margem das disputas dos países capitalistas mais avançados, do mesmo modo que, na época anterior, não podia ter-se absterido de introduzir em seu país fábricas, ferrovias, fuzis de tiro rápido e aviões” (Trotsky, 2017, p. 33).

A queda da monarquia russa ocorreu em fevereiro de 1917, quando o poder político ficou brevemente em um “vácuo”. A partir das vacilações dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários, partidos estes que “ganharam” o poder – e que não sabiam o que fazer com ele –, os bolcheviques conseguiram angariar o apoio da população com o lema “pão, paz e terra” e, em outubro,

principal spokesman of the interests of the peasant, and especially of the well-to-do peasant who alone could be relied upon to produce the marketable grain stocks necessary to the development of the whole economy: the need to conciliate the peasant took precedence in his mind over the rapid development of industry” (Carr, 1958, p. 169). Em 1925, defende a tese do “socialismo em um só país”.

⁴ Em primeiro lugar, devemos apontar que não há qualquer juízo de valor na categoria desenvolvimento clássico e não-clássico em Marx. Isso porque diz respeito ao desenvolvimento como a forma interna, imanente, de um tipo de desenvolvimento social, ou seja, que é vinculado com as legalidades que se expressam de maneira mais clara, sem “ataques externos”, como a colonização. Logo, não é uma avaliação moral, se seria bom e/ou ruim, mas sim que suas tendências atuam de determinada maneira (cf. Marx, 2017, p. 78; Miranda, 2018, p. 210-225; Lukács, 2018, p. 375-380). Em segundo lugar, vemos que a concepção de desenvolvimento em Marx (cf. Bonente, 2016; Miranda, 2018, p. 213-214, nota 707), não pode ser lida arbitrariamente como uma doutrina, ou seja, não pode ser vista como “regras epistêmicas”, a priori da análise, para classificar países como em “relações de dependência”.

⁵ “As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual da cultura, decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas” (Trotsky, 2017, p. 22).

estabeleceram seu poder político (Trotsky, 2017). Algumas das primeiras medidas foram a saída imediata da guerra – o que levou à formulação do acordo de Brest-Litovsk, alvo de muitas críticas⁶ –, uma reforma agrária que distribuiu terras (privadas) aos camponeses, que deveriam “pagar” ao Estado parte de sua produção *in natura* – foco dos socialistas-revolucionários de esquerda e tarefa da revolução burguesa que os bolcheviques se propuseram a realizar para ter o apoio do campesinato –, e o confisco da grande propriedade.

Com o fim da Primeira Guerra e estabelecido o poder bolchevique, ocorre uma guerra civil, na tentativa de retomada do poder pelos “brancos” – a monarquia czarista. Essa guerra foi apoiada pelas potências capitalistas. O “comunismo de guerra” é teorizado, ou melhor, aplicado no calor do momento da forma como se pôde fazê-lo, para organizar a economia frente ao caos que se instaurou. Houve aceleração do processo de expropriação do capital privado sob a forma de estatização das empresas, onde o planejamento da economia e as unidades econômicas eram centralizados (Hegedüs, 1988), bancos foram nacionalizados e o comércio privado foi proibido (Nove, 1988). “Os órgãos de direção central da produção”, com efeito, “imediatamente depois da revolução, eram ainda de tipo corporativo, compunham-se de representantes dos sindicatos, de delegados das organizações proletárias e das associações de fábrica” (Hegedüs, 1988, p. 18).

Outra questão do comunismo de guerra é que foi abolido o dinheiro (Hegedüs, 1988) e a economia era pensada quase que na forma de “escambo”. Porém, esta não foi uma medida intencional: segundo Carr (1966), a impressão indiscriminada de notas para o financiamento dos gastos públicos trouxe a depreciação da moeda, tendo como consequência os vendedores não aceitarem o rublo (a moeda russa) em suas trocas – assim, o dinheiro perdeu sua função. Neste processo, os preços “oficiais” e os de “mercado aberto” se distanciaram drasticamente, com os do último se tornando altíssimos, e o volume de pagamentos em espécie passou a aumentar (Carr, 1966). No entanto, com o fim da guerra civil, o comunismo de guerra se esgota, quando, por exemplo, os camponeses já não aceitavam “as requisições e a proibição do comércio privado” (Nove, 1988, p. 115). Com efeito, passa-se a discutir a NEP, que seria formulada, instaurada e continuada até 1927 (e, nesse período, o rublo voltaria a ter uma funcionalidade na economia).

Como afirmamos, é por essa historicidade da época histórica que pretendemos estudar as questões decisivas da NEP. Porém, essa história também compreende disputas ardentes no interior do partido e nas diversas oposições. Por uma nítida limitação, pela magnitude dessas controvérsias, restringimo-nos às teses principais de Lênin, principal teórico e articulador da NEP, e as críticas centrais de Preobrajenski às limitações estruturais e potenciais da NEP para a consolidação de uma sociedade comunista, em contraponto às visões políticas que passaram a ser defendidas por Bukharin

⁶ Cf. Lênin (1923, § 12).

em 1925 acerca do aprofundamento do desenvolvimento da economia camponesa sob bases “kulakizantes”.

Essa relação está dividida em duas seções e são sempre confrontadas, na medida do possível, pelo lastro histórico de suas ideias. Em geral, é percebido como – ainda que não sem muitos problemas teóricos e táticos – a controvérsia entre esses dois autores é preocupada com a estratégia comunista no médio e longo prazo, de modo que a NEP é vista como momento de uma construção maior. Essa condição irá mudar após a morte de Lênin e a derrota das oposições à Stálin, de maneira que, na última seção, veremos o “olho do furacão” que o taticismo stalinista, *aprisionado em um pseudomarxismo* e uma *autocracia* (Netto, 1986), engendra um dogmatismo teórico-político e afunda a NEP em uma política de desenvolvimento agrícola até impor a coletivização forçada e a total perda do compromisso comunista, vide o expurgo dos intelectuais iniciado em 1931 e que, entre 1936 e 1939, desarticulou a velha guarda bolchevique (Netto, 1986). Conclui-se que essa transformação expressou um revés aos escritos tanto de Lênin quanto de Preobrajenski, assim como uma reversão histórica ao marxismo.

1. LÊNIN E A NEP: UMA RESPOSTA DA TEORIA E DA PRÁXIS AOS PROBLEMAS RUSSOS

A NEP é originalmente formulada a partir de 1921, como uma resposta aos problemas econômicos emergenciais que a Rússia passava a partir dos entraves político-econômicos da Primeira Guerra Mundial, da guerra civil e da experiência do comunismo de guerra. Dentro do sistema de gestão da economia, substituiu-se o centralismo estatal – os chamados *glavks* – pelos trustes, estes com autonomia relativa (Carr, 1966). A NEP veio a beneficiar mais a agricultura frente à indústria, e a indústria leve frente à pesada (Hegedüs, 1988). A defesa da NEP foi ampla entre as figuras mais proeminentes do Partido, como Lênin e Bukharin:

Bukharin, na ótica moderada que assumiu depois de 1921, defendia a concorrência econômica: um eficiente mecanismo de produção e distribuição retiraria qualquer espaço ao *nepman* explorador e, paulatinamente, também os camponeses iriam se dar conta das vantagens oferecidas pela cooperação e pela produção coletiva baseada em técnicas modernas (Nove, 1988, p. 116).

Antes da criação da NEP propriamente dita, era possível encontrar, dentro das discussões, apontamentos que podem ser considerados como prelúdios à Nova Política Econômica. Entre eles, Carr (1958) aponta Trotsky como sendo o primeiro a aludir algo que se aproximava ao que viria a ser a NEP:

He was, so far as the record goes, the first advocate of NEP at any rate in the party a year before its acceptance. He was the protagonist of industrialization and planning at a time when these were denounced by the party leadership as destructive of NEP and of the "link" with the peasantry (Carr, 1958, p. 147).

Segundo Carr, isso ocorreu no IX Congresso do PCUS – nesse período ainda chamado de Partido Comunista de Toda a Rússia –, onde Trotsky visou o que Lênin defenderia a partir de 1921, isto é, a substituição da tomada de excedentes dos produtores rurais pela introdução de um imposto em espécie, de forma a possibilitar que houvesse trocas de excedentes entre estes produtores e com o Estado soviético. Neste momento, essa proposta recebeu apenas quatro dos quinze votos disponíveis, sendo rejeitada pelo próprio Lênin (Carr, 1966).

Um motivo para o porquê de Trotsky ter proposto o “imposto em espécie” antes de Lênin – que, naquele momento, recusou-o para no ano seguinte defendê-lo – é que Trotsky, dado seu nível intelectual, teria a capacidade de perceber a complexidade dos problemas práticos e resolvê-los teoricamente com maestria (Carr, 1958). Assim, ele teria percebido a necessidade de realizar esta concessão aos camponeses de forma a aumentar a produtividade agrícola frente aos problemas que a Rússia enfrentava na produção alimentícia, decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil. Seu problema, porém, seria a falta de *timing* político, pois no momento em que Trotsky realizou a defesa de sua proposta, ainda não estava claro aos outros bolcheviques o que ele já teria entendido – isso só teria ficado patente no ano seguinte (Carr, 1958). Em verdade, Carr argumenta que, já no outono de 1918, o imposto em espécie havia sido adotado, mas abandonado pois existia concomitantemente às requisições dos excedentes (Carr, 1966).

Em 1921, Lênin diz como a *necessidade* de um “plano econômico único” estava posta como uma carência objetivamente particular do desenvolvimento econômico-social da Rússia pós-revolucionária: o desenvolvimento técnico-produtivo, a fim de suprir as carências gerais para uma transição ao socialismo (Lênin, 1921a)⁷. Retomando a polêmica sobre aspectos que ficaram consolidados como pertencentes à NEP, em relação aos escritos de Preobrajenski e Trotsky, Lênin (1921a) revigora e aprofunda teoricamente o rumo que é visto até a NEP, como um “plano econômico único”, colocando-se a ideia num “passo a passo econômico-logístico”: um planejamento constituído em previsões específicas, coordenadas pelo comitê central e por planos contingentes, voltados para as áreas essenciais, como a eletrificação, os transportes e as grandes indústrias (Lênin, 1918c; 1920a, 2021, p. 26-27; Franca, 2019, p. 83-84, 87-90; Miglioli, 1995, p. 30-31, 34-35; Pericás, 2017, p. 2-9).

Como situa Miglioli (1995, p. 42-43), textualmente não há em Lênin uma elaboração prévia e minuciosa sobre a temática do planejamento, de modo que a própria realidade social da revolução pôs a questão como elemento conciliante com a necessidade (segundo Lênin) de uma forma de

⁷ Essa situação já era vista por Lênin (1917a; 1918a; 1918b) desde setembro de 1917, ainda que sem anunciar de fato o que viria a ser a NEP.

desenvolvimento como “plano econômico único”⁸. Percebe-se no rito de Lênin vários pressupostos concretos a partir de acontecimentos sociais e políticos concretos, como acordos econômicos em regiões próximas (no caso, entre repúblicas distintas com economias colocadas dentro das carências do plano econômico único)⁹ e saldos histórico-sociais postos pela condição devastadora do pós-guerra sob o comunismo de guerra, como a fome (Lênin, 1917a; Pericás, 2017, p. 4-5). Portanto, Lênin (1921a) situava esse complexo plano a partir de

[...] uma série de questões (mas não todas, naturalmente, longe disso), [em que] temos o princípio de um *programa-calendário*, isto é, não apenas do plano geral, mas um cálculo para cada ano, de 1921 a 1930, quantas centrais se podem pôr em funcionamento e em que medida se podem ampliar as centrais existentes (Lênin, 1921a, § 14, adendos e grifos nossos).

Em termos gerais, Lênin (1921a) via esse ponto em relativa similitude ao centralismo democrático bolchevique, nos termos da transição política e econômica do capitalismo para o socialismo e do socialismo para o comunismo (Lênin, 2017a; 2020)¹⁰, dado que visava o plano econômico em uma constituição propriamente vinculada com princípios teóricos, filosóficos, culturais e éticos de uma sociedade emancipada, situando-o e rearticulando-o pela prática político-econômica (Lênin, 1921a). Logo, Lênin (1921a) engendra a “defesa inquebrantável” da prática “sobre” a elaboração teórica, não num sentido taticista de inverter a centralidade da teoria pela dimensão político-tática, mas unindo teoria e prática para uma situação concreta de “caráter histórico-universalmente novo” (uma revolução socialista do nível da revolução russa), concebendo esse “plano econômico único” como um elemento ideal (situada no plano econômico-logístico) a partir da realidade concreta. Essa dimensão, em face da NEP, pode ser lida como uma condição temporária e pragmática, de caráter tático-teórico e presa aos marcos econômicos da Rússia. Essa é a conclusão de Lênin, que pode ser vista pelas palavras do próprio autor, quando, já em fim de vida, disse que,

em Outubro de 1917, iniciamos primeiro o combate sério e depois logo vimos os *pormenores do desenvolvimento* (do ponto de vista da história universal trata-se indubitavelmente de pormenores), tais como a Paz de Brest [-Litovsk] ou a NEP, etc. *E hoje não há dúvida de que, no fundamental, alcançamos a vitória* (Lênin, 1923, § 12, grifos nossos).

⁸ Essa indicação de Miglioli (1995, p. 42-43) é corroborada pela pesquisa histórica de Pericás (2017, p. 11-12) e ajuda a visualizar melhor o “movimento das controvérsias” sobre o planejamento, que demorou pelo menos uma década para amadurecer, em termos teórico-metodológicos (contábeis, matemáticos e informacionais), segundo Pericás (2017, p. 2).

⁹ Ou seja, acordos a partir da reorganização geopolítica da Rússia e da requerida revolução europeia, em especial em relação à Alemanha e aos entraves desenvolvidos a partir do Congresso de Basileia de 1912. Porém, deve-se levar em conta a centralidade decisiva dos acordos políticos da burguesia estrangeira, como a “paz” de Versalhes e a intentona contrarrevolucionária dos países imperialistas em relação à Revolução Russa.

¹⁰ Essa relação não passa sem polêmicas e problemas dentro da história do pensamento marxista, em especial em relação à teoria do Estado de Marx. Logo, devemos indicar que, para nosso objetivo, a simplificação da oração é honesta e coerente com a proposta leninista, em seu quadro geral, mas insuficiente para abarcar toda a discussão crítica (a favor ou não) da questão. Assim, para uma crítica radical da concepção de Estado em Lênin, ver, por exemplo, Araujo (2018), e para uma análise dos “esforços teóricos e práticos” de Lênin, ver Gurgel (2017).

Essa questão é “testada” em outra ocasião, em que Lênin (1921b) indica a substituição do sistema de entregas obrigatórias pelo imposto em espécie. Isto é, é uma política em termos propriamente econômicos a partir de um prisma prático-político, dada a finalidade de inibir as “vacilações políticas” (posições favoráveis aos capitalistas em geral) dos camponeses, postas pela situação concreta de sua vida cotidiana (péssimas colheitas e aumento da miséria). Com isso, o pano de fundo continua sempre sendo o revolucionário, mas interpelado diretamente pelas contingências histórico-sociais, políticas, econômicas, culturais etc. da vida cotidiana, estabelecendo a espontânea-normal carência de “uma série de medidas transitórias especiais” (Lênin, 1921b, § 3). Logo, em outras palavras, a controvérsia política e econômica abrangia os termos de uma nova forma de organização social, um novo projeto societário, que para o líder bolchevique estava obrigatoriamente dependente das proposições transitórias no campo econômico-social, o que, desta forma, gerou a NEP. Por isso, naturalmente, o plano da luta de classes, pelo seu caráter, entre outros, de determinante da jornada de trabalho (Marx, 2017), nos termos de Lênin (2020) chamado de “trade-unionista”, estipulada internamente entre a classe operária, o campesinato e os capitalistas, esteve em nitidez no pensamento de Lênin durante o período.

Assim sendo, com a “situação objetiva” no cerne, Lênin (1921b, § 11) entendia o elo produtivo-tecnológico essencialmente atrasado em relação aos demais países, resultando, no mercado mundial, significância negativa para a URSS, uma vez que as transferências de valor estariam situadas não na direção soviética (os impactos para a balança comercial e bens de capital são claros, pois o dinheiro mundial é a expressão dessas transferências e, sendo assim, necessidade para a inserção comercial). Para contornar isso, Lênin (1921b, §§ 12, 13, 15, 16, 17, 23 e 27-29), no planejamento centralizador que vimos, propõe uma relativa liberalização mercantil (liberdade no destino do mais-produto no intercâmbio comercial a partir da decisão individual) entre os pequenos camponeses, visando estabelecer um “ganho político” com essa classe e engendrar maior produtividade no campo.

Nota-se que, em termos práticos da política econômica, aprofunda-se o viés transitório pelas próprias carências objetivas (sociais e políticas) do contexto histórico, estabelecendo ou remanejando a dinâmica política-gerencial. O Estado (ainda que em vias de burocratização) perderia, ainda que relativamente, a capacidade política de regular a circulação mercantil para a imprevisibilidade dos produtores de mercadorias (essa é, em última instância, a resolução real da liberalização mercantil, porque a produção voltada para o mercado escapa de qualquer ordem racional em relação ao valor de uso, pela própria irracionalidade do valor aparecendo com o valor de troca como teleologia e preponderância do processo global de produção)¹¹.

¹¹ Isso diz respeito ao caráter não-voluntarista dessa legalidade capitalista, de maneira que condiciona/personifica determinados indivíduos como classe social – capitalistas e trabalhadores – em relação à própria dinâmica social entre ser social que age teleologicamente diante do mundo social e, invariavelmente, recebe uma contingência e eticidade histórica que os sujeita socialmente (Marx, 2011, p. 25). Especificamente sobre a questão que vimos, é ímpar e essencial a análise

Contudo, os problemas práticos que se apresentavam no contexto russo, dado o fim do comunismo de guerra (1921) e a decepção com o fracasso da revolução alemã (e, portanto, da preciosa expansão do socialismo pelos países capitalistas centrais), fizeram com que decisões importantes devessem ser tomadas no calor do momento, visto que era uma situação original na história do movimento do proletariado. Isso aclara a seguinte síntese leninista já em 1921: “[nós, bolcheviques,] fomos longe demais pelo caminho da nacionalização do comércio e da indústria, pelo caminho de fechar a circulação local de mercadorias. Foi um erro? Sem dúvida alguma” (Lênin, 1921b, § 15). Em outros termos, obtém-se uma controvérsia da economia de guerra para as questões de uma “economia do planejamento”, exercida em prol da superação dos problemas práticos da vida concreta soviética, posta a partir da prioridade ontológica da (re)produção material da vida pelo econômico. Eis a interseção entre o contexto real, a práxis política e a economia, colocada na prática pela adoção da substituição da entrega obrigatória de excedentes por impostos em espécie sob a promoção (sempre de modo rígido) das relações de cooperativismo entre trabalhadores e camponeses (Lênin, 1921c):

Substituindo a requisição de produtos, o imposto em espécie deixará um excedente em cereais à disposição dos camponeses, que estarão livres para trocá-lo por quaisquer mercadorias. As cooperativas de produção ajudarão a pequena indústria a desenvolver-se e ampliar a produção daquilo que os camponeses mais precisam e que em maior parte não exija um demorado transporte ferroviário nem grandes instalações fabris. Dar todo apoio e fomento às cooperativas de produção e prestar-lhes toda assistência é uma obrigação dos quadros do Partido e dos soviets para aliviar de pronto os camponeses e melhorar-lhes a situação. E vida e produção melhores no campo é do que mais precisamos agora para elevar e restaurar a economia nacional no Estado operário-camponês (Lênin, 1921d, §§ 3º e 4º).

O meio prático para esse plano se dá nos tons do próprio comércio internacional, uma vez que Lênin articulou durante todo o período pós-revolução (e da guerra civil) concessões e empréstimos internacionais¹², visando instituir uma conexão mais geral com os camponeses, dada pelo

de Marx (2017, p. 293, 307, 309, 317, 329, 337-338 e 341-342) em relação à taxa de mais-valor (ou taxa de exploração) e a eticidade do capitalista individual diante dos embates na luta de classes como a determinante da jornada de trabalho, pois afasta qualquer ideia voluntarista ou moral sobre a exploração. Nesse âmbito, cf., em especial, Marx (2017, p. 309-317, 327, 329, 335, 337-338, 364 e 369). A exploração não é uma categoria moral, mas uma categoria objetiva. Ou seja, ela se expressa, na jornada de trabalho, no trabalho excedente, que é o trabalho realizado para outrem, além do trabalho necessário para a reprodução das condições de vida daquele que produz. Nesse sentido, apenas a existência de um planejamento estatal não retira, por si só, o caráter de exploração de uma sociedade, uma vez que ainda existe a forma-mercadoria e que grande parte da dinâmica social é determinada pelo mercado – mesmo que relativamente controlado, vide a própria aparência do monopólio capitalista diante da livre concorrência, o chamado “capitalismo organizado” (Lênin, 2021, p. 67). Assim, ainda existe formação de valor e, portanto, de mais-valor, e isso quer dizer que há trabalho excedente e, naturalmente, determinada forma histórica de exploração. Com isso, demonstramos aos leitores que uma análise exclusivamente positivada do planejamento e da idealidade tático-política em relação ao papel do Estado, como uma possível forma anticapitalista (cf. Franca, 2019, p. 91) por si só, *in natura*, vê-se limitada pelo próprio viés não-voluntarista da realidade social. O caminho histórico dessa “crítica” é um reformismo kautskyano, que situa a realidade monopolista como um pacífico “capitalismo organizado” (Lênin, 2021, p. 67, 98-99, 108 e 115-121), ou um voluntarismo de Plekhánov, que vê que a natureza do imperialismo na moral (Lênin, 2021, p. 71 e 99).

¹² Concessões, indica Lênin (1921e, §§ 3º e 5º), “são um acordo entre o Estado e capitalistas que se disponham a montar ou melhorar uma indústria (por exemplo, extração e transporte fluvial de madeira, extração de carvão, petróleo, minério etc.), pagando ao Estado, por isso, com uma parcela do produto extraído, e a outra parcela recebendo em forma de lucro”, em que “o capitalista se torna arrendatário de parte da propriedade estatal, por contrato, por um determinado prazo, mas

planejamento central. Portanto, articula-se em termos do mercado mundial visando a economia nacional para justamente adentrar competitivamente no comércio mundial, claro que não em termos burgueses tradicionais de desenvolvimento econômico (cf. Bonente, 2016), e sim de projeto societário revolucionário internacionalista.¹³ Com isso em mente, como o nó central, dentro da ideologia oficial da Rússia, defendeu-se a NEP como uma forma de “capitalismo de Estado” – agora, o capitalismo de Estado seria o capitalismo existente no Estado proletário (Hegedüs, 1988).

Essa ideia é explícita quando Lênin (1922c, § 1º) diz que a NEP “não altera a essência do Estado operário”, porque somente “admite a emulação econômica entre o socialismo em construção e o capitalismo”. Na prática, então, Lênin (1922c, §§ 2º, 3º, 5º, 17, 22 e 28) indica a questão como vinculada ao “nível político-cultural” da classe trabalhadora, pois a abertura mercantil da NEP significava a necessidade de manter as posições não-vacilantes mediante o estímulo ao capitalismo. Em outros termos, um sistema de pesos e contrapesos, na medida em que a abertura ao capitalismo carecia de medidas políticas e culturais (de classe) antitéticas. Em 1917, nas *Teses de Abril*, diz Lênin, na oitava tese: “não ‘introdução’ do socialismo como nossa tarefa *imediate*, mas apenas passar imediatamente ao *controle* da produção social e da distribuição dos produtos por parte dos SDO [Soviets de Deputados Operários]” (Lenin, 2017b, p. 72, grifos do autor). Já em 1918, Lênin repetia essa ideia de que o que se construía, naquela época, não era o socialismo em si, e sim o fortalecimento do poder soviético cuja intencionalidade era constituir o socialismo (Carr, 1966). A NEP, portanto, parece andar nesse sentido, com seus formuladores vendo que o capitalismo ainda existia na Rússia.

Por um lado, essa relação já acompanhava a (necessária) mediação educativa-cultural, no plano histórico-universal, que, desde 1917, Lênin e Krupskaja construíram, através de uma “educação socialista”, vide os democráticos “planos anti-analfabetismo” (Oyama, 2014). Por outro lado, isso explicita os motivos pelos quais Lênin veementemente estimula a questão das cooperativas e sindicatos. Para além do partido revolucionário, entra em cena 1) uma cultura humana (universal) vinculada ao socialismo, como o processo de emancipação humana, e sua forma educacional histórica propícia e 2) o papel central dos sindicatos e cooperativas, como centralização político-cultural não-vacilante diante do alento capitalista planejado-burocrático constituído eminentemente pela NEP¹⁴.

não se torna dono. A posse continua com o Estado”. Ou seja, isso é, do ponto de vista econômico e tático, um fundamento da NEP. Esse tipo de concessão não deve ser confundido com concessão política, no entanto, uma vez que o próprio Lênin (1922a, §§ 9º, 10º e 11º) entrou em controvérsia com diplomatas comunistas – incluindo Bukharin – ao entendê-los como “articuladores inócuos” diante do jugo imperialista. Em verdade, vale dizer, Lênin (1922b, §§ 11º, 18, 27, 28, 30 e 32) estipulava como fundamental o monopólio do comércio exterior na prática econômica internacional da Rússia, indo explicitamente em oposição aos pensamentos mais vacilantes, do ponto de vista da liberalização mercantil e já vinculados ao projeto da NEP, como de Bukharin, Stalin, Zinoviev e Kamenev, segundo Lênin (1922b, §§ 17 e 24-34).

¹³ É a autêntica posição leninista desde a virada do século. Ver, por exemplo, Lênin (2020, p. 40-43).

¹⁴ Evidentemente, essa questão acompanha toda a construção e as polêmicas ao redor da teoria da organização e da teoria política marxista de Lênin e dos principais marxistas do período, sobretudo se pensarmos em Trotsky e Rosa Luxemburgo. Nesse sentido, seria prolixo e intelectualmente indevido, uma vez que é uma nota de rodapé, pôr em cena as nuances e principais referências da literatura do debate. Porém, devemos alertar que, no caso de Lênin, como é nosso principal autor tratado nesta seção, a questão dos sindicatos e cooperativas está de maneira profundamente vinculada com a sua teoria do

Com efeito, como uma “estrutura basilar” do pensamento de Lênin (1922c, §§ 2º e 4º) acerca da execução do projeto, em termos técnico-administrativos, estabelece-se como cerne do planejamento central a conexão (jamais em termos positivistas) entre o econômico (o lado econômico propriamente dito, do desenvolvimento das forças produtivas requeridas para não sucumbir e o nexo técnico-organizativo do planejamento) e político-cultural (dos sindicatos e da educação) na reorganização societária-empresarial desenvolvida pela NEP (Pericás, 2017). Logo, invariavelmente, é na NEP que os sindicatos ganham peso tático central, ganhando um protagonismo político-econômico pelo seu papel extraeconômico (isto é, ideopolítico, ganho de consciência, articulação nos termos políticos, embates sobre taxas e impostos etc.). Lênin (1922c, § 29) vê que essa situação, dada as contradições entre estímulo capitalista e transição socialista, carecia dos sistemáticos esforços coletivos, “contrapesos práticos”, especialmente na pele dos sindicatos em face do Estado burocratizado.

Alguns meses após os artigos de Lênin acerca das previsões de concessões e estímulo relativo para o capitalismo, dado pela tutela do planejamento central calcado nas diretrizes da NEP, Preobrajenski, economista, membro do comitê central soviético e líder da chamada “oposição de esquerda” que, em sua breve existência como grupo político entre 1923 e 1928, contrapôs a tendência de “stalinização” no aparato soviético –, redigiu alguns textos sobre a situação objetiva da economia russa e as relações conturbadas entre os trabalhadores e camponeses. Esses escritos nos ajudam a continuar o sentido de observação dos conflitos que estavam postos para além do econômico, só que necessariamente eram respondidos pela via econômica e reverberados ao mesmo tempo nos termos da disputa política, cultural e social. As sugestivas críticas de Preobrajenski, no entanto, não deturpam o sentido revolucionário da estrutura teórica de Lênin durante o período, sendo senão um exame rigoroso e inovador no período histórico da NEP. Com efeito, é não só um contraponto inteligente às suas estruturas teóricas, como também do seu peso e influência política na constituição do socialismo.

partido e a teoria da propaganda, uma vez que o partido leninista, assim como a persistente forma de comunicação e formação política via jornais (Lênin, 2020, p. 83-84, 104-105, 133-134, 158-167 e 175-193), era a forma organizacional (de, grosso modo, propagandas e agitações políticas) que, centralizadamente, opera(va) na construção, sempre nos termos de uma “tribuna de denúncias do povo”, da “consciência coletiva” revolucionária como um elemento que precisa(va) se tornar o/um senso comum entre os trabalhadores. Ou seja, uma organização política que construísse uma coletividade no âmbito da consciência, em termos revolucionários e na vida cotidiana (Lênin, 2020). Além disso, é importante dizermos que a questão dos sindicatos, antes, durante e depois do comunismo de guerra, era tema de colossais discussões entre os líderes do partido. Nesse sentido, cf., por exemplo, Lênin (2020, p. 127-134, 141 e 165-167; 1917b; 1917c; 1919; 1920b; 1920c; 1921f; 1921g; 1922c), Trotsky (1920; 1940) e Kollontai (1980). Para uma visão conjuntural da questão, com melhor análise dos textos de Trotsky, ver Prado (2019).

2. A NEP COMO OBJETO DE DEBATE: PREOBRAJENSKI, A QUESTÃO ECONÔMICA E O PROBLEMA DOS KULAKS

Preobrajenski (1921a), dentro do quadro da substituição de entregas obrigatórias para o imposto em espécie – que já vimos com os escritos de Lênin –, nota como as novas tarifas dentre os operários (neste caso, o autor diz especificamente sobre uma tarifa ferroviária) eram vistas negativamente. Ou seja, Preobrajenski (1921a) indica que existia uma relação inversa entre as medidas econômicas descritas nos planos de desenvolvimento soviético de Lênin e a reação ideopolítica, cotidiana, dos trabalhadores, gerando uma “solução de classe” aquém do necessário nos termos mais imediatos em relação à construção do socialismo.

A alegação central de Preobrajenski (1921a) é de que os impostos seriam necessários para o Estado soviético garantir uma equalização dos salários reais, visando manter “ganhos intrassetoriais” reais (para que o setor ferroviário não “atrapalhe” o setor fabril, por exemplo). Mas, de maneira geral, o planejamento tributário nesse período estava posto nos termos do aumento da maior parte para os capitalistas, equalizando para os trabalhadores e funcionários administrativos quando estes estivessem sobrecarregados (Preobrajenski, 1921a). Logo, aqui retoma-se para o enclive entre os termos sociais (de classe), econômicos e políticos, situados dentro do plano mais geral de desenvolvimento (para a transição socialista) e estímulo burguês.

Além disso, Preobrajenski (1921b) destaca os problemas cambiais em coalização aos problemas tributários, pois, para o autor, existia o imperativo de o governo central impor sua preponderância diante da política cambial e monetária. Ele rejeitava veementemente a mera valorização monetária (vista como favorável apenas para o capital financeiro), vendo-a como medida utópica para a solução dos problemas cambiais, porque sua operacionalidade prática implica em superávit orçamentário, dada a mediação entre governo, câmbio e reservas (em ouro), aspecto que não existia na Rússia naquele momento (Preobrajenski, 1921b). O autor observa que a disfunção cambial entre a reserva de ouro e a circulação de papel-moeda – a desvalorização monetária diante das novas emissões de papel-moeda – culminaria na subserviência para os especuladores. Como uma solução, Preobrajenski (1921b) aponta para a emissão de dinheiro metálico sem a anulação do dinheiro vigente, visando a nivelção cambial em caso de novas emissões, no intuito de cobrir novos déficits: apoia-se o pagamento de salários (equalização para ganhos reais) e a compra de mercadorias (e, assim, a perduração do plano de desenvolvimento) por meio do excedente metálico, somente como meio paliativo para o problema cerne: conseguir uma moeda sólida (Preobrajenski, 1921b)¹⁵.

¹⁵ Preobrajenski (1923, s./p.) parece indicar que o caminho é pela via do câmbio fixo e o fim dos déficits: “but as soon as conditions permit to undertake a real financial reform, that is, conditions permitting a fixed rate of exchange, the question of outward form will be of secondary importance. The actual question is the liquidation of the budget déficit”.

Em termos práticos, nota-se como Preobrajenski (1921c) conjurava a questão pelo eco objetivo das condições sociais, dado que a busca pela moeda sólida e o cálculo econômico do orçamento estavam interpelados pelo mercado mundial e pelas disputas políticas internas. Por isso, o problema da política financeira, grosso modo, pairava em outros complexos alheios ao mero querer russo, pressupondo especialmente a dimensão (e o avanço) produtiva para gerar mais receitas (tanto no sentido de mercadorias, quanto no monetário). Preobrajenski (1921c, s./p.) põe muita importância para questão, chegando a dizer que “at present it is possible to assert that the chaos in the emission of currency is the greatest hindrance to the establishment of a new economic policy, particularly in the field of socialized industry”. Por isso, nota-se a dimensão umbilicalmente posta entre a economia e a totalidade histórico-social, nos termos do mercado mundial e das disputas intrassetoriais e regionais, apontado o elo do imposto em espécie com o desempenho produtivo e o planejamento nos termos do cálculo econômico sob os planos de desenvolvimento situados no seio da NEP (Preobrajenski, 1921c). Nesse âmbito, novamente, ressalta-se a “dimensão plural” dos termos sociais na revolução: estavam postos, em todo momento, por uma “coexistência sistemática” que atendia o econômico, a cultura, o social e o político, voltados a uma nova forma de organização social: o socialismo.

Em relação à NEP, Preobrajenski (1921d) indica que o aumento do lucro dos capitalistas, estimulados internamente, estaria sobre as diretrizes do governo, salvaguardando os elementos monetários, fiscais, políticos e sociais que perpassamos com os escritos de Lênin. Em termos práticos, o autor perspectivava a questão a partir do seguinte ordenamento: os capitalistas varejistas iriam distribuir a massa de mercadorias, deduzidas do imposto em espécie e advinda do excedente produtivo dos agricultores estimulados comercialmente, uma vez coletada previamente as provisões do governo e das cooperativas (Preobrajenski, 1921d). O contrapeso aqui, assim como se articulou os sindicatos na perspectiva leninista, seria a própria coerção planejada do governo, a partir do imposto em espécie, da equalização salarial pelo orçamento central e a inibição de leis coniventes para o livre desenvolvimento dos capitalistas comercialmente bem-postos (a relação jurídica extraeconômica para trocas de mercadorias entre equivalentes livres): reforça-se aqui as dimensões taxativas e organizativas como contrapesos práticos do desenvolvimento burguês, especialmente no tocante ao poderio de capital social total dos capitalistas estrangeiros, que, por certo, aliar-se-iam aos grupelhos capitalistas russos (Preobrajenski, 1921d).

Portanto, o pensamento dos sindicatos como “unidade socioeconômica organizativa”, junto com a tributação como âncora burguesa e nivelamento salarial para os trabalhadores, estava colocado em prol da orquestra político-econômica que era a NEP: ou seja, as taxações cresceriam *pari passu* aos lucros, inversamente proporcionais ao peso do imposto em espécie mediante as previsões de colheita, significando a oneração principal sobre os médios e grandes capitalistas (Preobrajenski, 1921d). O autor chega a dizer em “lucro comercial socialista”, visando a interconexão positiva para

o governo central mediante o aumento das forças produtivas junto a extração de rendas (pelos impostos) dos capitalistas e o controle monetário:

At the same time the Republic plays an ever growing part in foreign trade, and a new economic factor now looms up, that of *socialist trade-profit*. As agricultural reconstruction goes on, bread becomes the most important trade article. By selling grain to foreign markets and by selling foreign manufactured articles to the peasantry, the Soviet Government, besides covering all organization expenses, gains a considerable and ever increasing profit. Under the influence of the increased production in the large industries and an increased possibility of exchanging goods with the village the Soviet state acquires a steady foreign exchange, thanks to the taxes, the limited government issue of money and the extension of the exchange of goods on the open market. The Soviet Government issues money only in such amounts as will not cause a fluctuation in the value of the ruble, and will get that quantity of goods from the small industries out of circulation and into the Socialist stores of accumulation as will correspond to the amount of *capital accumulated* by the private industries. As far as the concession capital is concerned, the Soviet state, after having begun to draw foreign capital into its production, will have become convinced, during the actual reconstruction of its industries, of the economic disadvantages and of the political danger which lies at the bottom of this method of drawing in foreign capital as compared with the system of borrowing goods. The borrowing of goods which our industries underwent because of the great risk which the creditors took, will on the contrary, become the chief form of using foreign capital in Russia when the Socialist industries will have reached an advanced stage, and will serve as the strongest stimulant to our entire industrial and agricultural life, in spite of the usurious interest charges (Preobrajenski, 1921d, grifos nossos).

Em todos os momentos, ressalta-se o sentido quantitativo e qualitativo posto nas proposições econômicas da NEP, visando uma dimensão à margem da perspectiva técnico-economicista dos economistas burgueses. Isto é, aqui, pelo menos do ponto de vista do ambiente intelectual e prático, capital e trabalho estão à mercê de uma nova forma de organização social, ou melhor, interpelados enquanto articulação recíproca almejando uma transformação (ou transição) concreta para o socialismo, onerando mais os capitalistas do que a classe trabalhadora, que cresceria econômica e culturalmente com os processos especiais e transitórios da NEP. Em todos os sentidos, existe uma demanda por alicerces econômicos (e teóricos) para o projeto societário pretendido, muito vinculado com a própria preponderância ontológica do cerne econômico diante da (re)produção humana do ser social. O processo de incentivo capitalista da NEP é tensionado pela suas próprias diretrizes, colocando limites no irracionalismo capitalista, ou pelo menos vendo isso, na teoria, como possibilidade mediante um capitalismo de Estado, e buscando uma desnacionalização regulada para assim instaurar uma nacionalização mais estável, planejada e consistente (aqui fica evidente o teor etapista, calcado na perspectiva de Estado e revolução leninista, como afirmamos antes).

Interessante ver que, também, que a primeira crítica à NEP se relacionou com a estrutura social dos camponeses. Se, antes, a política soviética para com o setor agrário era a de tentar manter um equilíbrio entre seus membros, na NEP parecia que os *kulaks*, nome dado aos médios e grandes camponeses na Rússia, eram incentivados a se fortalecerem. Lênin em si teria reconhecido isso, mas

não teria, naquele momento, uma resposta às críticas, apenas o “reconhecimento de sua veracidade” (Carr, 1966). Essa crítica seria continuada pela “oposição de esquerda” (cujos intelectuais notáveis eram Trotsky e Preobrajenski), e Bukharin (e, depois, Stálin) passaria a defender a *kulakização* como forma de reforçar o setor agrícola (Carr, 1958).

As críticas à NEP não pararam por aí. Shlyapnikov¹⁶, por exemplo, no XI Congresso do PCUS, realizado entre março e abril de 1922, acusou a NEP de favorecer os camponeses às custas do proletariado urbano (Carr, 1966). Preobrajenski, preocupado com a fortificação dos *kulaks*, submeteu para análise, às vésperas deste mesmo Congresso, uma crítica onde expôs os perigos de a economia deles depender. Sua saída seria o desenvolvimento dos *sovcoz*, uma forma de propriedade rural descrita por Lênin em suas *Teses de Abril* (espécie de fazendas estatais), que surgiram em 1918. Estas seriam terras comunais, onde os camponeses poderiam se unir na produção (Carr, 1966). O objetivo de Preobrajenski com esta proposta era encorajar o coletivismo na agricultura e elevar sua produtividade, de forma a transicionar aquele setor ao socialismo. Lênin criticou duramente essa perspectiva, chamando as ideias de Preobrajenski de “inadequadas” (Carr, 1966). A ideia da coletivização dos campos como tarefa imediata continuou a ser defendida pela Oposição de Esquerda.

Os fatos subsequentes favoreceram parcialmente a visão leniniana. Segundo Carr (1966), a colheita de 1922 foi a mais abundante desde a revolução, reformando a relação do Estado soviético com os camponeses. Segundo o autor,

Not only had the peasant for the first time since the revolution a surplus to sell and legal authority and encouragement to sell it, but the terms of trade were exceptionally favourable to him. The towns, after years of semi-starvation, were hungry for food, and compulsion was simultaneously placed on industry, for quite different reasons, to liquidate a high proportion of its stocks of finished products. Thus prices moved in the summer and autumn of 1922 to an unprecedented degree in favour of agriculture and against industry. Both the avowed purposes and the hidden implications of NEP were suddenly realized to an extent which had scarcely been foreseen: partly by design, partly by accident, the peasant had become the spoilt child of the proletarian dictatorship (Carr, 1966, p. 294).

Por outro lado, Carr (1966) chama atenção para o fato de que esse processo favoreceu os camponeses mais ricos, os *kulaks*, enquanto a indústria pesada quase não se desenvolveu no período. A proposta de Lênin, como vimos, era de que a indústria em geral necessitava de materiais, insumos e de alimentos para prover aos trabalhadores e isso só poderia ser obtido, naquele período, pela troca. Ao estimular a troca entre os camponeses, a NEP incentivava a produção destes produtos preciosos à indústria, o que desenvolveria a pequena indústria para, então, desenvolver a grande indústria (Carr, 1966). Só assim poder-se-ia desenvolver a indústria pesada, nesta visão.

¹⁶ Alexander Shlyapnikov foi Comissário do Povo para o Trabalho após a revolução de outubro e integrante da Oposição Operária, ao lado de Alexandra Kollontai (Carr, 1966). Foi executado em 1937 sob o governo de Stálin.

A NEP continuou ao longo dos anos, cumprindo seu objetivo. Os camponeses podiam comercializar seus excedentes, sendo taxados conforme sua produção. Com isso, houve uma tendência ao crescimento dos *kulaks*, em seu início não tão ameaçadora, e a própria produtividade agrícola aumentou no processo. Tudo parecia ir conforme os planos de Lênin. No entanto, em 1924, após alguns anos de uma doença degenerativa que o acometeu, Lênin vem a falecer. Houve momentaneamente um outro vácuo no poder soviético, visto a enorme influência que Lênin exercia; vazou este que veio a ser ocupado pelo *triumviratum* composto por Kamenev, Zinoviev e Stálin.¹⁷ Eventualmente, em seguida, Stálin veio a exercer o cargo de Secretário-Geral do PCUS, não mais apoiado por aqueles que antes o acolheram.

3. A NEP E O STALINISMO: DA KULAKIZAÇÃO À COLETIVIZAÇÃO

Com a morte de Lênin, em 1924, a NEP foi mantida, mas agora com a URSS tendo Joseph Stalin como secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A linha política seguida pelo marxismo-leninismo, doutrina oficial da URSS, passaria a ser a do “socialismo em um só país”, teorizado por Bukharin em sua brochura *Can We Build Socialism in One Country in the Absence of the Victory of the West-European Proletariat?*, de 1925, e complementado por Stálin na sua obra *Em torno dos problemas do leninismo*, datada de 1926. A “oposição de esquerda”, apoiada por figuras como Zinoviev e Kamenev, que neste momento passaram a um terreno de contraposição a Stálin, eram contrários a esta tese. Opondo-se à degeneração burocrática que o stalinismo decretava ao Estado soviético, defendiam uma política de industrialização para combater os comerciantes privados e os *kulaks* que se fortaleceram na NEP. Apesar de críticos da forma como se prosseguia a NEP, Trotsky e Preobrajenski não tinham ilusões quanto a um retorno ao comunismo de guerra (Davies, 1988).

Em relação à questão dos *kulaks*, é interessante ressaltar que, em janeiro de 1925, Stálin demonstrou-se contrário à política que visava seu fortalecimento (Carr, 1958). Segundo o líder soviético, uma política pró-*kulak* significava virar as costas aos centros urbanos e que os camponeses, apesar de aliados naquele momento, eram vacilantes.

as you yourselves are aware, this ally is not a very staunch one; the peasantry is not as reliable an ally as the proletariat in the developed capitalist countries. But, for all that, it is an ally, and of all our existing allies it is the only one that can render us, and is rendering us, direct assistance at this very moment, receiving our assistance in Exchange. (Stálin, 1925, §9).

Os debates sobre as políticas econômicas a serem seguidas na URSS continuavam, em especial em 1926-1927, período em que se iniciaria a transição da NEP para a industrialização e a

¹⁷ Essa parte da história russa, muito interessante, não pode ser aqui descrita, mas apenas mencionada de passagem. Para um tratamento mais aprofundado, cf. Carr (1969).

coletivização forçada. Dois dos principais protagonistas – e antagonistas – desta controvérsia eram Bukharin e Preobrajenski. Bukharin defendia uma forma de capitulação ao capitalismo de Estado, sobretudo quando dizia que o “princípio da espontaneidade”, criado no mercado, e o “princípio da planificação”, criado pelo Estado, poderiam cooperar a partir da lei do valor, enquanto Preobrajenski entendia que a lei do valor e a “lei da acumulação socialista”, com o setor privado e o setor socialista por detrás, seriam basicamente conflituosas (Davies, 1988). Sobre a acumulação socialista primitiva, Preobrajenski (1979) diz:

Particularmente, na medida em que se trata da economia da União Soviética; é necessário uma acumulação: 1) que permita à economia estatal atingir a técnica capitalista contemporânea nos lugares onde for impossível a passagem gradual a uma nova base técnica; 2) que torne possível a mudança de base técnica da economia estatal, a organização científica do trabalho, a direção planificada de todo complexo da economia estatal, medidas que não poderão ser adotadas sem a formação de grandes estoques de emergência e reservas planejadas; 3) que garanta o progresso de todo o sistema e não somente de partes isoladas pois a interdependência do movimento do conjunto do sistema torna absolutamente impossível um progresso descoordenado segundo o método da guerrilha capitalista, da iniciativa individual e da concorrência. Consideramos, assim, que o período de acumulação socialista primitiva não somente não termina com a nacionalização daquilo que foi acumulado pelo capital mas, pelo contrário, começa com ela. Este período de acumulação só pode desenvolver-se depois da conquista do poder pelo proletariado e do primeiro ato de acumulação, isto é, da socialização dos ramos mais importantes da economia (Preobrajenski, 1979, p. 93-94).

Preobrajenski (1979) defende que deveria haver uma transferência de valor do setor agrícola – capitalista, por conta da NEP – para o setor estatal – esse, socialista –, de forma a financiar a industrialização da URSS. A massa do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no entanto, defendia a visão de Bukharin, que veio a ser adotada por Stálin, qual seja a superação, a partir da NEP e do mercado, do caráter capitalista da economia soviética (Davies, 1988). Não à toa, Bukharin, que nesse período capitulou ao stalinismo, defendeu a “*kulakização*”, a fim de aumentar a produtividade agrícola e da economia como um todo. Em termos teóricos, percebe-se como é um dogma equivocado sobre a emancipação humana estar vinculada apenas com o aumento da forças produtivas do trabalho (o aumento da produtividade), e não com as forças produtivas sociais (o aumento da expansão das capacidades humanas). Bukharin, nessa controvérsia com Preobrajenski, passa a ser o mais influente representante dos camponeses e dos *kulaks* – o primeiro foi Rykov¹⁸. A resposta de Bukharin a Preobrajenski era de que o Estado proletário precisava ter sua base organizacional na economia camponesa, e portanto seria necessário apoiar seu desenvolvimento, seu crescimento e seu aumento de lucratividade (Carr, 1958).

Havia três questões relacionadas à política agrária que se colocavam de maneira mais urgente no ano de 1925: a primeira, sobre a taxaço dos camponeses; a segunda, sobre o direito de camponeses

¹⁸ Alexei Rykov, dentre outras coisas foi Premiê soviético entre 1924 e 1930 e presidente do Conselho de Comissários do Povo entre 1924 e 1928. Junto de Bukharin, liderou a “oposição de direita”, e colocaram-se contra Trotsky e a favor de Stálin na contenda entre ambos. Foi traído e morto nos expurgos, no ano de 1938.

contratarem força de trabalho; e a terceira, sobre o direito de adquirir terras via empréstimos (Carr, 1958). Fica claro que, a depender do caminho que se tomasse, a política agrária e econômica poderia adotar um sentido pró-*kulak*, que foi efetivamente o que se deu. Em relação ao segundo e terceiro item, decretou-se, em 18 de abril de 1925, de maneira “temporária”, leis que flexibilizaram a possibilidade dos *kulaks* de contratarem força de trabalho, e, em 21 de abril de 1925, o código agrário foi modificado para permitir que, em casos excepcionais, o proprietário de terras tivesse o direito de conceder perante aluguel sua propriedade para outros camponeses, também a guisa de caráter “temporário” (Carr, 1958). Percebe-se assim os passos mais firmes da política oficial do governo soviético em direção à *kulakização*. Pode-se resumir o período que se iniciava com a frase proferida por Bukharin, em seu discurso “On the new economic policy and our tasks”, realizado em uma conferência do Partido, em 1925: “enriqueçam, acumulem, desenvolvam suas fazendas”.

Essas políticas não eram propriamente a NEP, mas sua extensão, por assim dizer. No entanto, a controvérsia entre “caminho para o socialismo” ou “retrocesso inevitável” seguia. Na defesa dessas políticas, inclusive, foi utilizado, em 1925, um texto do Lênin de 1922 rebatendo a crítica de Preobrajenski à tendência à *kulakização* – material este até então inédito –, até o ponto em que Krupskaja criticou a deturpação do pensamento de seu falecido companheiro para a defesa de uma política que ele não advogou e chegou a criticar a posição de Bukharin em defesa dos *kulaks* (Carr, 1958). Zinoviev, em discurso datado de 21 de junho de 1925, faz duras críticas à política seguida pelo governo soviético de apoio aos *kulaks*, chegando a ponto de afirmar, como Lênin (1921a) o fez, que o que existia na Rússia era um capitalismo de Estado em um Estado proletário (Carr, 1958).

Em resposta às políticas implementadas em 1925, a colheita deste ano teve um considerável salto frente ao passado recente. Se em 1924 a colheita foi de aproximadamente 45,864 milhões de toneladas, em 1925 ela alcançou cerca de 72,074 milhões de toneladas; o problema que surgiu não foi em relação à produção, mas em inserir esta produção no mercado em decorrência de uma potencial queda nos preços dos grãos (Carr, 1958). Em 1926, a colheita alcançou a incrível marca de 76,8 milhões de toneladas (Carr, 1969). Em um período em que se intensificava a industrialização - no XIV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1925, foi definido o crescimento da indústria pesada e de meios de produção como meta (Carr, 1958; 1969) –, a falta de alimentos se tornava um problema gigante, e a resposta do governo soviético foi obrigar os camponeses a fornecerem os cereais. Isso teria sido o fim da NEP (Davies, 1988).

Nos anos de 1925-1926, a produção industrial já havia alcançado o nível de 90% do ano de 2013. Se, por um lado, as indústrias de larga escala haviam sofrido mais no período de guerras que as pequenas indústrias, a recuperação das primeiras foi bem mais acelerada que a das segundas (Carr, 1969). Já em 1928, “Stalin insistiu que a industrialização soviética somente podia ser financiada com recursos internos, e não com empréstimos externos e a exploração colonial que tinha financiado a

industrialização capitalista”; deste modo, “a classe operária e os camponeses iriam ser as fontes principais da acumulação de capital” (Davies, 1988, p. 100). Inclusive, os camponeses deveriam pagar uma “sobretaxa” a partir do aumento de preços dos bens industriais, de algum modo se aproximando das ideias de Preobrajenski da acumulação socialista primitiva (Davies, 1988). Se, em anos anteriores, Bukharin defende a “*kulakização*” para incentivar o setor agrícola, principalmente a partir de 1928 defenderia a industrialização para corrigir os problemas na economia, o fortalecimento das cooperativas – *sovkhozes*, fazenda estatal, e *kolkhozes*, propriedade comum – na agricultura e limitação aos *kulaks* (Davies, 1988).

O ritmo da industrialização se acelerava em 1928 e 1929. A relação entre Estado e setor campesino estava deteriorada. Isso serviu como pontapé inicial para o processo de coletivização da agricultura, entre 1929 e 1930 (Davies, 1988), a partir da formulação dos Planos Quinquenais, com o primeiro iniciando em 1929. Stálin desejava, por sua vez, a “eliminação dos *kulaks* enquanto classe” (Stálin, 1928 *apud* Davies, 1988, p. 101). O início da coletivização coincidiu com o primeiro plano quinquenal (1928), o que influenciou no processo de coletivização na medida em que a intensificação da industrialização demandava maior cooperação do setor agrícola para financiar a indústria (Nove, 1988). Entre os efeitos desse processo, houve “uma grande perda dos rebanhos e uma queda da produção” e “o descrédito da ideia da agricultura coletiva, que foi associada à coerção, às entregas obrigatórias e ao empobrecimento” (Nove, 1988, p. 128). Nove (1988) discute se a coletivização de fato conseguiu utilizar o excedente agrícola para financiar a indústria:

Segundo Michael Ellman e James Millar [...] a coletivização não implicou um aumento das vendas extra-rurais, na medida em que a maior quantidade de cereais e batatas foi mais do que anulada pela queda dos produtos animais. [...] Enquanto o Estado tentava produzir a preços baixíssimos, alguns camponeses enriqueciam vendendo no mercado livre a preços bastante elevados. [...] Segundo Millar, isto demonstra que a coletivização foi um desastre contraproducente; Ellman, ao contrário, acha que ela conseguiu [...] o objetivo de fornecer os gêneros alimentícios fundamentais para as cidades em desenvolvimento. Ambos concordam em que a intenção da coletivização era a de mobilizar os recursos para o investimento na indústria: parece resultar disso [...] que o enorme incremento dos investimentos foi “financiado” pelo setor urbano, e a contribuição maior foi da classe operária (Nove, 1988, p. 129).

Por fim, vale mencionar poucas palavras sobre modelo de discussão centralizada que se formava com o primeiro plano quinquenal. Havia tabelas de *outputs*, no sentido de metas e objetivos obrigatórios, e os *inputs* eram alocados administrativamente, adotando um discurso militarista para a centralização desse período (Nove, 1988). As transações de insumos para produção ainda eram reguladas pelo poder central. O resultado foi uma industrialização extremamente acelerada com altas taxas de acumulação (Nove, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da NEP, entre 1921 e 1927, engloba diversas questões econômicas, políticas, culturais e sociais. É possível perceber que o aumento da produção rural, incentivado pela NEP, foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento industrial que se seguiria nos anos seguintes. Como pode-se enxergar *post festum*, o país foi transformado de uma economia agrária atrasada em uma forte potência industrial em menos de 20 anos. O primeiro-ministro britânico Winston Churchill, por exemplo, declarou nos anos seguintes que “Stálin assumiu a URSS com arados de madeira e a deixou equipada com armas nucleares” (Sherlock, 2016, p. 48), o que é definitivamente uma sobredimensão ao papel de Stálin no processo.

Mas nem tudo são flores. A política de industrialização levou à urbanização que foi de certa maneira descontrolada:

De 1929 a 1933, o número de pessoas trabalhando por salários quase dobrou de 11.873.000 para 22.649.200. Novos migrantes lotaram as cidades e assentamentos operários, dormindo em abrigos de terra, barracas erguidas às pressas, cantos de apartamentos, corredores e até mesmo nos galpões das fábricas. Camponeses, fugindo de aldeias recentemente coletivizadas; mulheres, impulsionadas pela queda dos salários reais; e jovens, ávidos por trabalho, juntaram-se aos operários mais velhos com histórias políticas complexas em fábricas, minas e canteiros de obras. Todos esses grupos, marcados de maneiras diferentes pela história tumultuada do país, mergulharam de cabeça na convulsão e no caos da industrialização (Goldman, 2021, p. 30).

A coletivização forçada da agricultura, por outro lado, teria aumentado o preço dos alimentos com a queda dos estoques pela menor produção. O racionamento de alimentos se tornou drasticamente comum. Por sua vez, o governo tentou controlar a distribuição para minimizar os prejuízos, mas, de maneira geral, na prática, acabou fracassando (Goldman, 2021). Apesar dos camponeses conseguirem empregos nas cidades, não encontravam moradia com tanta facilidade: “moradias precárias, instalações de esgoto inadequadas, escassez de alimentos, superlotação e alta rotatividade da mão de obra caracterizam milhares de canteiros de obras e fábricas com grande número de operários” (Goldman, 2021, p. 44). Na década de 1930, greves ocorreram, como no caso de uma onda de greves na região de Ivanovo, em 1932, com mais de 16 mil operárias têxteis, produtos diretos das questões sociais soviéticas (Goldman, 2021). Em contrapartida, o governo central lança a campanha do “*stakhanovismo*”, que defendia o aumento da produtividade com base na própria força de vontade dos operários (Stalin, 1978), ou seja, uma máxima deterioração marxista acerca do fim do estranhamento do trabalho abstrato e uma acabada inversão do humanismo visto em revolucionários como Lênin e Kollontai.

Neste contexto, centenas de novas cidades e milhares de novas fábricas foram construídas no período. A produção industrial da URSS ao final da década de 1930 já estava a par da observada na França e a produção agrícola, graças à liberalização mercantil nos campos, alcançou níveis recordes durante a década de 1920. Nos anos seguintes, porém, a liderança do partido comunista compreendeu

que a centralização da economia era necessária para impulsionar o processo de industrialização do país. Neste sentido, a NEP foi eficiente, mas não conseguiu garantir a transferência massiva de recursos da agricultura para a indústria. O sistema de fazendas coletivas era ineficiente de modo que a produção não crescia apesar do novo investimento maciço em maquinário e mecanização, o que gerou um aumento nos preços dos gêneros agrícolas e obrigou a população a praticar o racionamento de alimentos.

A NEP alcançou o que se propôs realizar, isto é, elevou a produtividade agrícola em um momento crítico do desenvolvimento soviético, e permitiu a reorganização da economia em um “mais eficiente” planejamento econômico. Por outro lado, fortaleceu uma classe pequeno-burguesa agrária com tendências de acumulação poder econômico e, por conseguinte, político. Não suficiente, a NEP, ao incentivar, ainda que não intencionalmente – no que foi proposto por Lênin –, a *kulakização*, veio a dar bases à tese do “socialismo em um só país”, na medida em que esta tinha raízes na perspectiva de que seria possível fortalecer o “socialismo real” na Rússia a partir de um desenvolvimento interno, voltado para o próprio país – tacitamente, portanto, negando o caráter internacionalista do comunismo e, em termos teóricos, vinculando o “reino da liberdade” somente com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, e não da expansão das capacidades humanas (forças produtivas sociais).

Por isso, a *kulakização* pode ser identificada com o fortalecimento do setor agrário e uma tese que buscava defender esse modelo como a forma de possibilitar esse “salto” russo ao socialismo – ou seja, uma tese que se constitui teoricamente como negação do marxismo. Portanto, urge a necessidade de voltarmos a debater esses e outros momentos do movimento proletário internacional, em especial das controvérsias políticas, culturais, teóricas e econômicas do período pós-revolucionário soviético, identificando essas discussões e as retomando de maneira franca e ponderada historicamente. Essa é uma postura de crítica condizente com a seriedade e urgência da crise do capitalismo contemporâneo, em especial a destruição ambiental, uma vez que, ao entendermos melhor o passado, compreendemos melhor a complexidade do presente de forma a se investigar as possibilidades, tendências e os limites possíveis para um futuro, novo e urgente projeto societário comunista. Necessariamente, deve emergir das possibilidades que são constantemente criadas pelo conjunto dos indivíduos e, simultaneamente, negadas pela forma de organização social capitalista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. de. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. In: **Revista de Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v. 1, n. 50, p. 114-140, mai./ago. 2018.

BONENTE, B. I. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. 1. ed. Niterói: Eduff, 2016.

CARR, E. H. **A history of Soviet Russia: the interregnum 1923-1924**. Londres, 1969 [1954], Pelican Books. Vol 4.

CARR, E. H. **A history of Soviet Russia: socialism in one country**. v. 1. New York, 1958, The Macmillan Company. Vol. 5.

CARR, E. H. **A history of Soviet Russia: the Bolshevik revolution**. v. 2. New York, 1966 [1952], Penguin Books. Vol. 2.

CARR, E. H.; DAVIES, R. **A history of Soviet Russia: foundations of a planned economy 1926-1929**. v. 1-1. New York, 1969, The Macmillan Company. Vol. 9.

DAVIES, R. As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWM, E. (org). **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1988, Paz e Terra. Vol 7.

GOLDMAN, W. **Terror e democracia nos tempos de Stalin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

GURGEL, C. Lênin e o “semi-Estado”: classes e luta de classes no projeto de gestão do Estado soviético. In: Colóquio Marx e o Marxismo 2017: de *O capital* à Revolução de Outubro (1867-1917), ago. 2017, Niterói. **Anais** [...] Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, ago. 2017, p. 1-25. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC39/mc392.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FRANCA, A. G. Estado e planejamento na antiga URSS: revisitando a Revolução Russa e resgatando as ideias e práticas revolucionárias de Lenin. In: **Cantareira**, Niterói, v. 1, n. 31, p. 81-91, jul./dez. 2019.

HEGEDÛS, A. A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica. In: HOBBSAWM, E. (org). **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1988, Paz e Terra. Vol 7.

KOLLONTAI, A. **A oposição operária (1920-1921)**. São Paulo: Global, [1921] 1980.

LÊNIN, V. I. **A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la**. Brochura pela Editora Pribói, Moscou, 10-14 (23-27) set. 1917a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/09/27-2.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **As tarefas dos sindicatos e os métodos da sua realização**. Projeto de resolução para o IX Congresso do PCR, Moscou, nov. 1920b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/11/tarefas.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. As tarefas imediatas do poder soviético. In: **Pravda**, Moscou, n. 83, 26 abr. 1918a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **Concessões e estímulo do capitalismo**. Discurso em Moscou, 25 abr. 1921e. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/discursos/capitalismo.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **Cooperativas de consumo e de produção**. Discurso em Moscou, 25 abr. 1921d. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/discursos/cooperativas.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **Esboço do Plano de Trabalhos Científico-Técnico**. Moscou, 25 abr. 1918c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/25.htm#tr1>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **Informe sobre a substituição do sistema de entregas obrigatórias pelo imposto em espécie**. Discurso no X Congresso do PC(b) da Rússia, Moscou, 1921b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/03/15.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **Mais uma vez sobre os sindicatos**: o momento atual e os erros dos camaradas Trotski e Bukharin. Brochura separada em edição da Seção de Imprensa do Soviete de Moscou de Deputados Operários, Camponeses e Soldados Vermelhos, Moscou, 25-26 jan. 1921f. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/01/26.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. Nós pagamos demais. *In: Pravda*, Moscou, n. 81, 11 abr. 1922a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/04/09.htm#r2>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1917] 2017a.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1917] 2021.

LÊNIN, V. I. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1902] 2020.

LÊNIN, V. I. Seis teses acerca das tarefas imediatas do poder soviético. *In: Jornal Bednotá*, Moscou, n. 33, 9 mai. 1918b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/03.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. Sobre a necessidade de fundar o sindicato de operários agrícolas da Rússia (primeiro artigo). *In: Pravda*, Moscou, n. 90, 7 jul. (24 jun.) 1917b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/07/07.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. Sobre a necessidade de fundar o sindicato de operários agrícolas da Rússia (segundo artigo). *In: Pravda*, Moscou, n. 91, 8 jul. (25 jun.) 1917c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/07/08.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. Sobre a nossa revolução (a propósito das notas de N. Sukhánov). *In: Pravda*, Moscou, n. 117, 30 mai. 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/17.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **Sobre a restauração dos transportes**. Discurso em Moscou, mar. 1920a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/discursos/transporte.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **Sobre as tarefas dos sindicatos**. Moscou, jan. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/01/tarefas.htm#r1>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LÊNIN, V. I. **Sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso partido**. Moscou, mar. 1921g. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/03/projeto.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **Sobre o imposto em espécie** (O significado da nova política e as suas condições). Moscou, abr. 1921c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. **Sobre o monopólio do comércio externo**. Ditado por telefone, Moscou, 13 dez. 1922b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/11/13.htm#tr1>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LÊNIN, V. I. Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica: resolução do CC do PC(b) da Rússia. *In: Pravda*, Moscou, n. 12, 4 jan. 1922c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

- LÊNIN, V. I. Sobre o plano econômico único. *In: Pravda*, Moscou, n. 39, 21 fev. 1921a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/02/21.htm#r1>. Acesso em: 26 nov. 2022.
- LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotski**. Discurso na sessão conjunta de delegados ao VIII Congresso dos Sovietes e de membros do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia e do Conselho de Sindicatos de Moscou militantes do PC(b) da Rússia, Moscou, 30 dez. 1920c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm#tr1>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- LÊNIN, V. I. **Teses de abril**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [7 abr. 1917] 2017, p. 69-74.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1984] 2018.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1986] 2013.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.
- MIGLIOLI, J. O marxismo e o sistema econômico soviético. *In: Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 28-48, 1995.
- MIRANDA, F. **Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- NETTO, José Paulo. **O que é stalinismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, [1981] 1986.
- NOVE, A. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? *In: HOBSEBAWM, E. (org). História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1988, Paz e Terra. Vol 7.
- OYAMA, E. R. A perspectiva da educação socialista em Lênin e Krupskaja. *In: Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 44-70, jan./jul. 2014.
- PERICÁS, L. B. Planificação e socialismo na Rússia Soviética: os primeiros dez anos. *In: Novos Rumos*, Marília, v. 54, n. 1, 1-13, 2017.
- PRADO, C. A Revolução Russa e o debate sobre o papel dos sindicatos (1919-1921). *In: Colóquio Marx e o Marxismo 2019: Marxismos sem tabu – enfrentando opressões*, ago. 2019, Niterói. **Anais [...]** Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, ago. 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2019/AnaisMM2019/MC14/MC141.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- PREOBRAJENSKY, E. **A nova econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PREOBRAJENSKI, E. Foreign exchange problems in soviet Russia. *In: International Press Correspondence*, Berlin, v. 1, n. 6, 8 nov. 1921b, p. 50-51. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/preobrazhensky/1921/11/forex.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- PREOBRAJENSKI, E. On the denomination of paper money in soviet Russia. *In: International Press Correspondence*, Berlin, v. 3, n. 7, 18 jan. 1923, p. 60-61. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/preobrazhensky/1923/01/denom.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- PREOBRAJENSKI, E. Taxation problems in Russia. *In: International Press Correspondence*, Berlin, v. 1, n. 3, 25 out. 1921a, p. 23. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/preobrazhensky/1921/10/taxation.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PREOBRAJENSKI, E. The perspectives of the New Economic Policy. *In: International Press Correspondence*, Berlin, v. 1, n. 19, 23 dez. 1921d, p. 156-158. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/preobrazhensky/1921/12/perspectives.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PREOBRAJENSKI, E. The problems of russian financial policy. *In: International Press Correspondence*, Berlin, v. 1, n. 7, 11 nov. 1921c, p. 59-60. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/preobrazhensky/1921/11/finpol.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, [1919] 2010.

TROTSKY, L. **A revolução desfigurada**: a falsificação estalinista da história. 1929. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/rev_desf/index2.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. 2 ed. Vol. 1. São Paulo: Sundermann, [1930] 2017.

TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. México, ago. 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

TROTSKY, L. **Tese sobre a transição para um sistema de milícias**. Moscou, 28 fev. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1920/02/28.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SHERLOCK, T. Russian politics and the Soviet past: Reassessing Stalin and Stalinism under Vladimir Putin. *In: Communist and Post-Communist Studies*, Califórnia, v. 49, n. 1, p. 45-59, mar. 2016.

STALIN, J. **Speech at the First All-Union Conference of Stakhanovites**. Londres: Red Star Press, [1935] 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1935/11/17.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

STALIN, J. **The foundations of leninism**. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1954 [1926]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1924/foundations-leninism/index.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.